

CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

FERNANDO J. REIS DE OLIVEIRA*

Introdução

A economia brasileira figura entre as principais, ocupando a oitava posição no *ranking* das maiores economias do mundo no ano de 2010. Todavia, é o 72.º país do mundo em renda *per capita*, ficando atrás de países como Argentina (50.º), México (53.º), Turquia (57.º), Venezuela (66.º) e Irã (68.º), segundo dados do Banco Mundial. Se, por um lado, foi uma das primeiras economias a transpor os obstáculos gerados pela crise global, em 2009, e acumulando projeções que apontam para um crescimento econômico da ordem de mais de 7%, em 2010; por outro lado, apresenta níveis alarmantes de desigualdades sociais.

É de notório reconhecimento o impacto gerado pelo crescimento econômico nos níveis de redução da pobreza e das desigualdades, com efeito imediato sobre a ampliação da classe média, fenômeno característico da grande maioria dos países desenvolvidos. A Fundação Getúlio Vargas (FGV), por exemplo, em recente estudo publicado, em setembro de 2010, constatou que, a partir de 2009, a classe C passou a representar mais da metade da população brasileira (50,5%) — com a chegada de outras 29 milhões de pessoas, oriundas do período entre 2003 e 2009, ultrapassando as classes A e B em matéria de poder de compra. Essa mesma percepção é partilhada pelas análises baseadas em dados sobre a movimentação na linha de pobreza, decorrentes das estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

* Mestre em Economia e doutor em Comunicação. Professor visitante da Uesc e coordenador científico do I Colóquio Internacional de Administração Política, Desenvolvimento e Inovação: saberes e práticas da sociedade da informação e do conhecimento.

De 2004 a 2009, a proporção de pobres brasileiros caiu de 39,4% para 23,9%, e o percentual representativo dos que são considerados miseráveis, foi reduzido à metade, caindo de 17,5% para 8,4%, o que significou que 20,5 milhões de brasileiros saíram da linha de pobreza, desde 2003, conforme dados do Ipea, que adota dois tipos de metodologias para análise do problema. O fenômeno mais significativo dessa mudança, também, foi a constatação do expressivo crescimento da classe C, considerada uma nova espécie de nova classe média, com renda familiar total variando entre R\$ 1.126,00 e R\$ 4.854,00. Para muitos especialistas, a nova classe C já se apresenta como dominante em termos econômicos, socioculturais e políticos, somando 95 milhões de brasileiros, em 2009, ou 50,5% da população. De 2003 a 2009, aproximadamente 29 milhões de brasileiros deixaram as classes D e E para ingressar na classe C. A análise torna-se ainda mais consistente quando inclui a redução das desigualdades de gênero, de raça, regionais, na relação entre campo e cidade, bem como entre pequenas e grandes cidades. Atualmente, mais da metade dos negros e mestiços está na classe média, ou acima — nas A, B e C; enquanto, no ano de 1993, mais de 75% encontravam-se nas classes D e E. Essa melhoria na qualidade de vida dos brasileiros mais pobres é inegável, quando se observa o expressivo aumento no consumo de bens duráveis, de geladeiras a computadores, etc.

Em uma série de matérias recentes apresentadas pela BBC Brasil, vemos a percepção de acadêmicos, pensadores e economistas, representantes de organizações internacionais, *think-tanks* e organizações não governamentais ouvidos sobre o processo de crescimento e desenvolvimento que estamos vivendo e o papel a ser desempenhado pelas Políticas Públicas, a partir da apreciação das opiniões e vozes dos especialistas sobre os rumos que o país deveria seguir para consolidar sua condição de país desenvolvido. A esse conjunto de dados e informações vamos indicar os principais desafios que o Brasil deverá enfrentar nos próximos anos, para chegar à tão sonhada condição de se tornar um país, verdadeiramente, desenvolvido, nos próximos anos. Vejamos o panorama das análises na percepção de diversos especialistas:

“O Brasil precisa melhorar a qualidade da educação pública”, diz o editor para as Américas da revista britânica *The Economist*, Michael Reid.

“Se há uma única diferença entre uma economia tipicamente desenvolvida e uma em desenvolvimento, é talvez o tamanho de suas classes médias”, diz o britânico Jim O’Neill, que como economista-chefe do banco Goldman Sachs, cunhou o acrônimo Bric para identificar os quatro gigantes emergentes Brasil, Rússia, Índia e China. Segundo ele, “É necessário que o Brasil amplie a sua classe média”, afirma “O Brasil precisa aumentar a taxa de poupança interna para acima de 30% do PIB”, sugere o comentarista econômico do jornal britânico *Financial Times*.

Dentre outros aspectos relevantes da agenda temática rumo ao desenvolvimento destacam-se a necessidade de melhoria na qualidade da educação, reformas das instituições públicas e ampliação do combate à corrupção, bem como à violência, valorização dos direitos humanos, aprofundamento das políticas de autossustentabilidade socioambiental e ampliação do acesso à cultura. As estatísticas mostram que o Brasil vem avançando muito nos últimos anos em áreas relevantes, todavia mostra também um longo caminho a percorrer para chegar a ser um país desenvolvido. “As condições de base estão dadas para que o país se torne uma potência”, afirma o representante no Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), José Luis Lupo.

“A desigualdade é o maior problema do Brasil. A desigualdade enfraquece o crescimento econômico e gera altos níveis de criminalidade e insegurança”, observa o americano Barry Ames, diretor do departamento de Ciência Política da Universidade de Pittsburgh e especialista em Brasil do Centro de Estudos Latino-Americanos da instituição.

“O Brasil enfrenta desafios importantes para se transformar de um país «de renda média» para uma economia inovadora e movida pelo conhecimento”, afirma a consultora suíço-americana Suzanne Rosselet-McCauley, vice-diretora do Centro Mundial de Competitividade da Escola Suíça de Administração IMD, uma das cinco principais da Europa. Segundo ela, “Ainda está para ser visto se o país pode evitar a «armadilha do rendimento médio», ao manter seus ganhos de estabilidade macroeconômica e política e se beneficiar de níveis mais altos de crescimento”.

“O Brasil está vivendo um momento excepcional, fruto de décadas de trabalho árduo. Porém, nenhum desenvolvimento acontece sem

obstáculos, e os desafios permanecem”, diz o economista senegalês Makhtar Diop, diretor do Banco Mundial para o Brasil.

A reflexão e o equacionamento dos problemas objetos de elaboração de políticas públicas deve levar em conta o impacto e as implicações que dela decorrem para o ambiente econômico, social, cultural e político, além dos efeitos concretos sobre a formação da subjetividade e da ética de conduta dos indivíduos na chamada “sociedade da informação e do conhecimento”. Isso implica tomar como objeto de análise o dualismo Estado/Sociedade Civil, categorias históricas das mais importantes para a compreensão dos problemas do desenvolvimento, levando-se em conta as transformações em curso, no contexto político, econômico, social e cultural, que decorrem da emergência desse novo paradigma tecnológico na contemporaneidade. A reflexão crítica sobre a relação Estado e Sociedade não pode deixar de produzir o desvelamento do papel do Estado e sua historicidade, enquanto organização formal, unidade interna e soberana, dotado de sistema jurídico unificado e centralizado, convertido em linguagem universal e a partir da qual o Estado moderno falava com a sociedade. O domínio da vida econômica, das relações sociais que são espontâneas e orientadas a partir de interesses privados e particulares. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2010), as sociedades formam-se; mas, os Estados são feitos:

O princípio de separação entre Estado e sociedade civil contém tanto a ideia de um Estado mínimo como a de um Estado máximo, e a ação estatal é simultaneamente considerada como um inimigo potencial da liberdade individual e como a condição para o seu exercício. O Estado enquanto realidade construída é a condição necessária da realidade espontânea da sociedade civil (Santos, 1995, p. 118).

A ideia de separação entre a dimensão do econômico e do político baseada na distinção entre Estado e Sociedade Civil foi expressa nos princípios do *laissez faire*, e atualizada pelo neoliberalismo, à luz da teoria política liberal francesa e inglesa do século XVIII, e contém em si duas contradições igualmente válidas para todos os interesses, e que, todavia, baseiam-se numa hierarquia de interesses. Como podemos explicar a natureza da noção do econômico como sendo distinta e autônoma das correspondentes noções de político e jurídico como atributos exclusivos do Estado.

[. . .] Desde que o Estado garanta o cumprimento do direito de propriedade, as relações econômicas ocorrem e reproduzem-se por si na esfera privada da fábrica. Parece, assim, que a exterioridade do Estado e da política relativamente às relações de produção, deriva da concepção das relações de produção como uma questão econômica e privada entre indivíduos privados dentro da sociedade civil (Santos, 2010, p. 119).

O autor a certa altura questiona: como é possível explicar a ideia de separação entre o domínio do econômico, das noções do político e do jurídico como questões dissociadas de atributos exclusivos do próprio Estado? Como explicar, também, a presença dessa dicotomia cada vez mais renovada entre Estado e Sociedade Civil, apesar das contradições internas e das permanentes crises existentes?

A emergência da economia da informação e da sociedade em rede

Para Manuel Castells (2009), enquanto a primeira Revolução Industrial foi britânica, a segunda, é da Tecnologia da Informação, e sua origem é norte-americana, com veia californiana. Em ambos os casos, temos o envolvimento de cientistas e industriais de outros países, cujo papel torna-se crucial tanto para a descoberta quanto para a difusão das novas tecnologias. Para entendermos as raízes das transformações e das inovações nas TICs, no estágio em que se encontram na região, devemos conhecer profundamente a história das transformações que se processaram nesse campo e deram origem ao surgimento do novo paradigma tecnológico informacional, da economia da informação e da sociedade em rede, cuja evolução foi gerada no Vale do Silício (EUA), nos centros de inovação de Berkeley, Emeryville, San Francisco, passando pelo MIT (EUA), a Universidade de Stanford (Califórnia), com a instalação do Parque Industrial de Stanford, pelo visionário diretor da Faculdade de Engenharia de Stanford, Frederick Terman, que, em 1951, patrocinou dois de seus pós-graduandos, William Hewlett e David Packard, viabilizando a criação de uma empresa de eletrônicos. A prosperidade da Hewlett-Packard e de outras empresas eletrônicas foi obtida graças à Segunda Guerra.

Em termos históricos, segundo M. Castelles (1999), as principais invenções tecnológicas em eletrônica são: o primeiro computador programável

e o transistor, fonte da microeletrônica, o elemento efetivamente inovador e revolucionário do campo da Tecnologia da Informação e da Comunicação, no século XX. Somente a partir da década de 70, as novas tecnologias passariam a se difundir pelo mundo. Acompanhando as transformações tecnológicas vigentes, a partir dos anos 1970, o autor propõe-se a acompanhar o desenvolvimento sinérgico dos três principais campos convergentes da tecnologia, que formam a base de sustentação das inovações atuais. Eis o percurso de orientação pretendido por esta pesquisa, ponto de partida para analisar os fatores impulsionadores do desenvolvimento contemporâneo e as transformações na evolução atual das bases tecnológicas da economia da informação, que orientam a convergência tecnológica e suas diversas interfaces no processo produtivo, com impactos sobre a divisão internacional do trabalho e no redesenho das profissões, geradas pela convergência entre três dimensões da informação e do conhecimento: a microeletrônica, os computadores e as telecomunicações. O grande avanço na difusão da microeletrônica para todas as máquinas ocorre por volta de 1971, quando um engenheiro da Intel, Ted Hoff — da região do Vale do Silício (EUA) —, desenvolve o primeiro microprocessador, espécie de computador com apenas um único chip, que permitiu a disseminação da capacidade de processamento de informação. A partir daí, começa a disputa em torno de detalhes técnicos pela capacidade de integração, cada vez mais avançada, dos circuitos envolvendo a tecnologia de produção e *design*. Segundo Castells (1999), os computadores foram desenvolvidos pela mãe de todas as tecnologias contemporâneas, a Segunda Guerra Mundial, laboratório palco para o desenvolvimento e a aplicação de todas as tecnologias da informação e da comunicação, mesmo das que, como os computadores, somente viriam a se sofisticar num futuro próximo. Qual o impacto da emergência das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs), bem como de sua inserção no movimento do sistema econômico, social, político e cultural, quando se tem em mente a dinâmica das transformações geradas por sua implantação na sociedade contemporânea, na perspectiva de criação de novos equipamentos produtivos e as transformações na estrutura existente na atualidade para o estabelecimento das novas condições necessárias para o deslanche de uma nova fase do desenvolvimento? Como vem sendo processada a inserção das novas TICs emergentes no ambiente dessas atividades produtivas, em seus setores, a partir das condições impostas pelo novo paradigma tecnológico da informação e

da comunicação, e como isso repercute na dinâmica do crescimento e do desenvolvimento, tendo em vista as novas condições de acumulação em regime de produção e consumo globalizados, bem como a formação de excedentes de capital e o impacto dessa absorção no nível de emprego e renda de cada região? O ajuste tecnológico das cadeias produtivas setoriais, cujo componente tecnológico decorre do espírito empreendedor do empresário e do grau de organização do empreendimento empresarial, repercutindo na estrutura produtiva e gerencial da sociedade, nas condições sociopolíticas bem como na cultura e no processo de desenvolvimento da sociedade de globalização acelerada, sobretudo quando passamos a ter em conta a cultura como recurso para o desenvolvimento.

Eis como devemos pensar o desafio da construção de Políticas Públicas e das reformas que o país deveria implementar, nos próximos anos, para a concretização desse potencial desenvolvimentista. As tecnologias da informação e da comunicação estão provocando profundas transformações em todas as dimensões da vida social e pessoal, contribuindo para uma extraordinária expansão do capitalismo. Torna-se, pois, imprescindível para qualquer governo que almeje alcançar a condição de sustentabilidade de seu padrão de desenvolvimento, a promoção do acesso pela população dos diferentes segmentos e regiões, dos recursos que as novas TICs e a cultura, através da diversidade cultural, disponibiliza como recurso para o desenvolvimento, a exemplo dos recursos de informática e através da rede mundial de computadores. Segundo Edgar Morin (1995), há um novo reencantamento pelas tecnologias porque participamos de uma interação muito mais intensa entre o real e o virtual. Há um novo reencantamento porque estamos numa fase de reorganização em todas as dimensões da sociedade, da econômica à política; da educacional à familiar.

Sistemas complexos e desenvolvimento

A problemática dos sistemas complexos eclodiu nos estudos da Biologia, com os trabalhos de Ludwig von Bertalanffy, no começo do século passado, causando um rebatimento no repertório da Física Clássica e repercutindo em todos os campos das ciências aplicadas à comunicação, a exemplo da Cibernética (Norbert Wiener, Gibbs) passando pela Teoria da Informação (Shannon e Weaver), Teoria Geral de Sistemas (Bertalanffy, Mário Bunge, Kenneth Dembigh), Teoria do Caos (Edward Lorenz), Teoria das Catástrofes (René Thom), Teoria dos Fractais (Benoit Mandelbrot),

Caos Determinista (B. Shaw) e com repercussões no eixo das ciências humanas, que hoje em dia reivindicam a atualização do saber aplicado tanto aos processos de produção de conhecimento e profissionalização nas etapas de apropriação e operacionalização das linguagens midiáticas, bem como à apropriação das tecnologias da comunicação disponíveis na contemporaneidade para a complexificação das práticas profissionais mais elaboradas.

O sistema adaptativo complexo, que permeia as novas TICs, não pode ser definido, apenas, como sistema, mas como sistema autopoietico, definição oriunda das contribuições de Humberto Maturana e Francisco Varela (1997), nas pesquisas realizadas por eles nos laboratórios do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), determinantes para o entendimento sobre o funcionamento da organização social, bem como pela noção de organização circular dos fenômenos da comunicação midiática.

Segundo esses autores, cada sistema social particular é definido como tal por uma configuração própria de ações coordenadas que constituem sua organização: a classe de identidades de um sistema social muda quando uma mudança no comportamento individual dos subsistemas que o compõem, transforma a configuração das ações coordenadas que o define; o sistema não pode mudar, senão pela mudança individual dos sistemas particulares que o compõem. É essa condição de contínua produção de si mesmos (dos sistemas), através da contínua produção e renovação de seus componentes que caracterizam os seres humanos e seus processos comunicativos, seja ele individual ou de natureza coletiva, social. *É essa a condição dos sistemas autopoieticos, a necessidade de um contínuo recriar-se ou de contínua evolução.*

No campo das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs), as pesquisas poderão contar com os referenciais das ciências da comunicação e das teorias das mídias, as contribuições da Escola de Frankfurt (Habermans, Adorno, W. Benjamin, etc), as contribuições da *The Mathematical theory of communication* de Shannon & Weaver e as contribuições das teorias da complexidade para o entendimento dos sistemas complexos, seja da sociedade da informação e do conhecimento, seja para as pesquisas sobre a natureza das transformações na organização empresarial, L. von Bertalanfy, H. Atlan, H. Maturana & F. Varela, F. (1997), as leituras contemporâneas da cibernética (Nobert Weiner, Paul Virilio) podem agregar contribuições para os oriundas da Economia Política (herdeira da tradição teórica de autores como A. Smith, K. Marx, D. Ricardo, e

que se atualiza nas leituras de autores Manuel Castels, Edgar Morin, Gregory Bateson e Ilya Prigogine, dentre outros.

Por outro lado, os cientistas conseguiram compreender que os sistemas complexos são feitos de partes que interagem dinamicamente entre si, a exemplo de galáxias, ecossistemas, colônias de insetos, cérebros, cidades, a internet e os mercados. Embora olhando *grosso modo* pareçam diferentes, tais sistemas guardam entre si profundas semelhanças quando tratados sob as leis da estatística, ferramental que pode ser aplicado a fenômenos tão diversos quanto as nuvens de gás e os jogos de pôquer.

Do ponto de vista das análises dos estrategistas, o mais importante é que os cientistas descobriram que é difícil e, por vezes, impossível prever o comportamento dos sistemas complexos, porque eles podem exibir trajetórias cujo comportamento apresenta uma relativa estabilidade seguida de bruscas flutuações e mudanças radicais. Isso implica dizer que perturbações ocasionais — como crises financeiras no mercado de capitais, a exemplo da crise internacional de 2008, são inerentes à dinâmica do sistema e não o resultado de um choque externo incomum, e que, por outro lado, mudanças pequenas e aleatórias, em um dado instante, podem provocar resultados, radicalmente, novos e de dimensões imprevisíveis no final. Tal é o comportamento de sistemas complexos, o que dificulta, consideravelmente, o trabalho dos estrategistas, bem como dos administradores em geral, sobretudo no que tange à administração política do desenvolvimento regional.

Muitos estudiosos da área de estratégia observam que uma decisão é estratégica quando a empresa compromete-se com investimento irreversíveis em ativos ou em recursos difíceis de serem copiados por outros, o que leva à produção de vantagem competitiva. Na condição de sistemas adaptativos complexos, a organização evolui com base em um portfólio de ideias inovadoras ou de inovações estratégicas com os quais deseja se comprometer, à medida que as incertezas batem à porta e o futuro ameaça, os gestores podem desenvolver seus estoques de estratégias ou populações, utilizando as lições aprendidas com as teorias da complexidade e da evolução, baseadas nas contribuições oriundas da Teoria da Informação ou Teoria Matemática da Comunicação, Teoria Geral de Sistemas, L. Von Bertalanfy (1950) e Teoria do Caos (Edward Lorenz e Ian Stuart), Teoria das Catástrofes (René Thon) Teoria das Estruturas Dissipativas (Ilya Prigogine & I. Stangers).

Eis outro campo de abordagem proposto pelo universo desta pesquisa, que não pretendemos expandir aqui; mas que se propõe a trabalhar com o referencial de autores como Eric D. Beinhocker, consultor internacional e diretor da McKinsey & Company, Inc., onde atua com clientes de telecomunicação, comércio eletrônico e biotecnologia, além de estrategista da Worldwide Strategy Practice da McKinsy, onde pesquisa sobre economia e estratégia e foi visitante do Santa Fé Institute, e estrategistas e professores de Administração: Arnoldo C. Hax e Dean L. Wilde, Richard T. Pascale, Henry Mintzberg & Lampel, W. Chan Kim e Renée Mauborgne. Todos eles têm em comum o fato de trabalharem como as chamadas teorias da complexidade aplicadas ao desenvolvimento da estratégia e da gestão empresarial no contexto mercadológico de incerteza, instabilidade e risco, ambientes suscetíveis a crises e perturbações aleatórias.

Devemos considerar, ainda, o fato de que estamos num período de transição paradigmática, em que os processos sociais são fluidos e turbulentos e que muito pouco ou quase nada consegue ser dito sobre eles. Segundo Ilya Prigogine, estamos numa espécie de “bifurcação”, em que mudanças insignificantes no sistema podem produzir um desvio de largas proporções. Segundo Boaventura de Sousa Santos, trata-se de uma época em que a contingência parece sobrepujar a determinação. Consciente dessas limitações e com o propósito de estimular a ampla reflexão sobre a esfera da Administração Política e da Economia Política e áreas afins, tomados como campo de possibilidades abertas para análise da gestão das relações sociais de produção e distribuição, crítica da ação do Estado, contextualizadas do ponto de vista histórico e simbólico, para criar espaços de reflexão e desenvolvimento da pesquisa contemporânea sobre os temas propostos por este trabalho.

A controvérsia desenvolvimentista

Existem muitos trabalhos que tratam da batalha desenvolvimentista sobre o signo do nacional-desenvolvimentismo. Sob o abrigo do nacionalismo econômico essa corrente de pensamento e de orientação desenvolvimentista presente na economia brasileira, no período de 1945/64, o desenvolvimentismo nacionalista dos técnicos do governo, defende as bases de uma política ao mesmo tempo estatizante e nacionalista, que passa pela defesa das barreiras alfandegárias e o controle nacional sobre recursos naturais.

Dentre as argumentações desse grupo estão: a depressão internacional e seus impactos sobre a economia do país, a ideologia do integralismo

e do fortalecimento do poder central, tendo o Estado como guardião e promotor dos “interesses nacionais”; bem como sua defesa do socialismo da Aliança Libertadora Nacional. Por outro lado, vemos um novo nacionalismo econômico emergente à época, para quem a industrialização somente se viabiliza através do apoio estatal para além das funções de planejamento e do controle dos recursos naturais. O Estado deveria, também, assumir o papel de empreendedor ativo, investindo nos setores de transporte, mineração, energia e na criação da indústria de base.

Quando se olha para trás na história da evolução da economia política e a história do pensamento econômico, fundadas no debate sobre o “sistema desenvolvimentista”, não podemos deixar de levar em consideração, de um lado, o quadro analítico da Cepal e, de outro lado, os argumentos próprios da política desenvolvimentista levada a cabo através da reflexão sobre os argumentos aplicados ao processo econômico e às políticas econômicas concretamente empreendidas na histórica recente da sociedade brasileira. Essa investigação foi levada a cabo por muitos autores, a exemplo de Inácio Rangel, Celso Furtado, Guido Mantega, Ricardo Bielshowski, dentre outros. Bielchowshi (1988) percorre o chamado Ciclo Ideológico do Desenvolvimento, objeto de pesquisa exaustiva em seu livro *Pensamento econômico brasileiro*. Segundo o autor, o referido estudo orienta-se pela conciliação de dois caminhos metodológicos, dentre os sugeridos por J. Schumpeter (1964), em sua obra *História da análise econômica*, para a investigar a evolução da reflexão e da análise econômica, que permeia o período de 1945 a 1964, a saber:

- a) pela *história de sistemas de economia política*
- b) pela *história do pensamento econômico*.

Passando em revista a proposta schumpeteriana de investigação do desenvolvimento econômico, R. Bielshowsky (1988) opta por tomar por objeto de estudo a *history of economic analysis*, parte da investigação do núcleo do sistema desenvolvimentista a partir do conjunto de políticas econômicas e seus princípios normativos norteadores ou unificadores, consoante a doutrina ou ideologia que orienta os autores, a saber, liberalismo econômico, socialismo, intervencionismo, etc. Schumpeter também propõe a investigação da história do pensamento econômico (*history of economic thought*) que definiu como sendo o fruto do somatório total das opiniões e desejos relativos aos temas e assuntos econômicos, pertinentes às políticas governamentais ou políticas públicas, próprias do papel do

Estado e pertencentes ao espírito público. Procedendo como boa parte dos historiadores de ciência econômica, J. Schumpeter interessava-se pelos desdobramentos oriundos das abordagens acima relacionadas tão somente por sua contribuição para ilustrar o cenário histórico e ideológico dos diferentes contextos históricos da criação e evolução da análise econômica.

Em Bielschowsky (1988), o pensamento econômico da Cepal é examinado como parte do núcleo do “sistema desenvolvimentista” e pelo legado dos argumentos de política desenvolvimentista. De outro lado, o autor toma para análise a produção histórica de grupos de economistas — desvinculados de compromissos acadêmicos de grande parte dos economistas envolvidos no debate desenvolvimentista, já que tais correntes de pensamento econômico não estavam associadas à pesquisa acadêmica e ou mesmo ligadas à atividade de ensino — diga-se de passagem — carente do aprofundamento necessário que o debate requeria. O pensamento econômico em questão, que sempre esteve identificado com a discussão sobre o processo de industrialização brasileira, tem como conceito-chave e estruturador a noção de desenvolvimentismo. Para Bielschowsky (1988), o desenvolvimentismo é a expressão da ideologia de transformação da sociedade brasileira, definida pelo projeto econômico, para levar a cabo o processo de industrialização brasileira e de transformação da sociedade. O nacional-desenvolvimento girava em torno das seguintes questões fundamentais, a saber:

a) a crença na industrialização integral como via para o desenvolvimento brasileiro e superação da pobreza;

b) a certeza de que o processo de industrialização eficiente e racional, no Brasil, não poderia ser conquistado através do livre funcionamento das forças de mercado, daí a necessidade do Estado como agente planejador;

c) além de agente planejador, o Estado também deveria atuar na execução do programa de expansão da industrialização, captando e orientando a alocação de recursos financeiros, promovendo investimentos diretos em segmentos para os quais as ações da iniciativa privada mostravam-se insuficientes;

d) caberia ao planejamento a tarefa de definir a expansão desejada dos setores econômicos, os instrumentos adequados para expansão.

Na primeira parte do livro, o autor faz um mapeamento do pensamento econômico brasileiro, a partir das características básicas das cinco principais correntes do período estudado pelo trabalho, onde se destacam as três variantes partidárias do desenvolvimentismo — o setor privado, o

setor público não nacionalista e o setor público nacionalista —, restando, ainda, o neoliberalismo e os partidários do socialismo, que se posicionam à esquerda do desenvolvimentismo. No âmbito dessas correntes, o autor vai dar ênfase ao pensamento dos economistas mais representativo de cada grupo, em especial de Eugênio Gudín, Roberto Simonsen, Roberto Campos, Celso Furtado e, sobretudo, de Inácio Rangel, que assume uma posição, claramente, independente dentre os grupos antes mencionados, apesar de sua ligação com a corrente desenvolvimentista nacionalistas e sua vinculação ideológica com o socialismo.

Na segunda parte do estudo, encontramos o esforço maior da dimensão analítica da pesquisa que consiste na narrativa sobre a controvérsia desenvolvimentista presente no pensamento econômico brasileiro, concomitante à avaliação dos determinantes históricos dessa evolução. Tratava-se, pois, de empreender o levantamento e a hierarquização de cada um dos temas relativos ao debate econômico, de acordo com as diversas conjunturas políticas e econômicas próprias de cada período estudado e sua ligação com o movimento da própria história brasileira. A dimensão histórica do pensamento econômico é tratada pela sistematização das características do pensamento econômico, segundo as dimensões histórica e analítica do conteúdo político e econômico, de um lado, da posição dos autores em relação às principais questões da economia, do problema da industrialização, do planejamento, do capital estrangeiro, da distribuição de renda e da reforma agrária, etc. Adverte o autor que seu maior desafio consistiu em empreender a dimensão analítica debruçando-se sobre a sistematização de um pensamento econômico que não havia sido gerado e nem tinha compromisso com a vida acadêmica. Todavia, a dimensão analítica vai ser respaldada sobre os dois principais enfoques em disputa: o neoliberalismo de Eugênio Gudín e a teoria desenvolvimentista de Raúl Prebisch, à frente da Cepal.

Joseph Schumpeter deu grande contribuição ao debate sobre o desenvolvimento econômico em sua *Teoria do desenvolvimento econômico* (1911) publicada pela primeira vez em língua alemã, em 1911. Nessa obra, o autor apresenta um modelo de economia em estado estacionário, em seu fluxo circular de atividade econômica, repetindo-se numa espécie de ciclo contínuo ou fluxo circular, criando uma imagem mental de um grande autômato, espécie de leviatã hobbesiano. Nesse ambiente econômico de fluxo circular, a vida transcorre monotomamente e cada bem produzido encontra seu mercado, o que não quer dizer que não existe crescimento

econômico. A tecnologia é dada e conhecida; todavia, ocorrem aperfeiçoamentos de processos de trabalho e decorrentes, também, de mudanças tecnológicas, que passam a ser incorporadas, com o tempo, na matriz produtiva da economia. Mudanças econômicas significativas não podem ter origem no fluxo circular, já que a reprodução desse sistema complexo está aos fluxos de negócios de períodos anteriores.

Para Schumpeter, as inovações transformadoras não podem ser antecipadas *a priori* ou *ex ante*. As inovações que são originadas na dinâmica do próprio sistema e são, qualitativamente, distintas das do dia a dia, provocam o rompimento do equilíbrio alcançado no fluxo circular. Eis o que determina a evolução econômica do sistema capitalista, que se caracteriza por rupturas e descontinuidades em virtude de novidades tecnológicas e no campo de novos produtos, que irrompem, de forma imprevisível, levando o sistema econômico e a sociedade a trilharem mares nunca dantes navegados. Segundo Haberler (1950), em seu prefácio à edição japonesa da *TDE*, Schumpeter menciona sua relação com L. Walras, na qual este lhe teria dito que a vida econômica é uma sucessão adaptativa às ocorrências de ordem natural e social, que agem sobre ela. Segundo Schumpeter, todavia, embora tais adaptações possam produzir crescimento, não caracterizam, em si, o desenvolvimento econômico, fenômeno bem diferente. O desenvolvimento econômico é um tipo de mudança econômica de ordem, qualitativamente, superior. Nesse caso, as inovações alteram a partir de dentro dos parâmetros do sistema, porque possuem uma dinâmica evolutiva própria e que lhe é inerente, não conhece nunca o equilíbrio:

As inovações no sistema econômico não aparecem, via de regra, de tal maneira que primeiramente as novas necessidades surgem espontaneamente nos consumidores e então o aparato produtivo se modifica sob sua pressão. Não negamos a presença desse nexos. Entretanto, é o produtor que, igualmente, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daqueles que tinham o hábito de usar. Portanto, apesar de ser permissível, e até mesmo necessário, considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente e, de fato, fundamental na teoria do fluxo circular, devemos tomar uma atitude diferente quando analisamos a mudança (Schumpeter, 1911, p. 48).

O empresário é a figura, por excelência, que corre o risco e tem o espírito de empreender e realizar coisas novas. O *leitmotiv* dessa ação empreendedora é um tipo de ato heroico, movido pela vontade de ver as coisas acontecerem e pela criação em si mesma, que o leva a produzir e a difundir inovações. Os investimentos ocorrem livremente e de forma descontínua, todavia em grupos ou bandos, dando dinamismo à expansão, portanto, funcionando ao sabor de um princípio de aleatoriedade da inovação. Aos poucos, o autor vai descortinando os atores centrais do processo dinâmico do desenvolvimento; a saber, o empreendedor inovador, que injeta ideias novas, novos produtos no mercado, através da eficiente combinação dos fatores de produção e pela inovação tecnológica.

O Estado, também, tem predisposição ao risco, através de sua política de crescimento econômico que desempenha papel crucial na distribuição de justiça social. Segundo Schumpeter (1911), há riscos de uma distribuição prematura da renda obtida. Nem o mero crescimento da economia, representado pelo aumento da população e da riqueza, será designado aqui como um processo do desenvolvimento. E, na vida econômica, deve-se agir sem resolver todos os detalhes do que deve ser feito. Aqui, o sucesso depende da instituição, da capacidade de ver as coisas de uma maneira que, posteriormente, se constata ser verdadeira — visão de futuro — e de se perceber o fato essencial, deixando de lado o perfunctório, mesmo que não se possa demonstrar os princípios que nortearam a ação.

Para o autor, o produtor é o agente, por excelência, de mudança e transformação econômica, enquanto os consumidores tendem a segui-lo, sendo em alguns casos, “educados” ou ensinados — através da publicidade contemporânea — a desejar novas coisas ou coisas diferentes em seus hábitos de consumo, criando a contínua substituição de velhos hábitos de consumo por novos. Segundo o autor, o “espírito empreendedor” é o motor da “destruição criadora” ou o fator de mudança e transformação que causa a contínua evolução do processo do consumo e a lógica da substituição acelerada de novos produtos e hábitos de consumo.

Adverte ainda Schumpeter para a impossibilidade de os empreendedores transmitirem, geneticamente, para seus herdeiros as qualidades gerenciais que os conduziram ao êxito: sistemas de inovações e novos métodos produtivos. Os que herdaram a riqueza dos empreendedores estão distantes das batalhas da vida e, simplesmente, não conseguem manter a herança herdada e/ou aumentá-la.

O papel do crescimento e do desenvolvimento na contemporaneidade

Quais os efeitos do crescimento econômico sobre as condições de vidas dos cidadãos em países em desenvolvimento? Quais são as mudanças estruturais que se processam no ambiente da sociedade contemporânea, quando ela é atingida pelo processo de crescimento econômico? Crescimento gera desenvolvimento econômico? Esses são alguns dos questionamentos que conduzem a pesquisa do professor da cadeira William Joseph Maier de Economia Política, da Harvard University, Benjamin Friedman (2009) em seu livro *As consequências morais do crescimento econômico*. Segundo o autor, num quadro em que crescimento econômico passa a ser sinônimo de desenvolvimento, uma mudança estrutural, que pode se manifestar como desequilíbrio e descontinuidade, é algo essencial para o processo através do qual a elevação da renda causa, repercute em melhoria dos padrões de vida, sobretudo no caso dos países em desenvolvimento.

Mudanças estruturais da economia e da sociedade podem desencadear o contexto de novas oportunidades econômicas, avanços profissionais e mobilidade social, capaz de proporcionar os recursos para manter ou alterar as atitudes e a qualidade de vida dos indivíduos. Essa perspectiva de mudanças, também, apresenta-se como problema para as instituições políticas, sociais e culturais dos países em desenvolvimento no que tange à necessidade de formulação de políticas públicas mais consistentes para dar conta das mudanças estruturais que decorrem desses processos de crescimento e desenvolvimento, na atualidade. Nesse contexto em que ocorre a melhoria das condições básicas da existência, o crescimento econômico torna-se, por demais importante, sobretudo naqueles lugares nos quais o padrão de vida é baixo. Isso se evidencia no crescimento da expectativa de vida mais longa, redução dos níveis de mortalidade de desnutrição infantil e menor incidência de doenças. Acrescentaria, ainda, os efeitos de redução nos índices de agressão ao meio ambiente, com emissão de poluentes, próprios das sociedades, industrialmente, avançadas, redução da fome e a ausência de políticas de desenvolvimento como indicadores. Assinala ainda mais o autor, que essa melhoria deixa de se manifestar bem antes da renda *per capita* de um país alcançar os níveis encontrados atualmente nas economias industrializadas. Fazendo referência ao trabalho de Daniell Bell (1996), adverte que as mudanças estruturais requeridas pelo processo de

crescimento determinam o desenvolvimento pelo aumento das oportunidades econômicas, avanço profissional e mobilidade social, que dão às pessoas os recursos para manter ou alterar suas atitudes, seus comportamentos futuros. O modo como a sociedade e, por conseguinte, os cidadãos de um país levam em conta os efeitos do crescimento econômico sobre suas vidas e de que maneira se comportam em relação a isso é bem diferente do que estamos habituados a acreditar, diz B. Friedman (2009). O autor parte do princípio de que o crescimento da economia — ou sua estagnação — pode afetar o caráter moral de uma sociedade ou o padrão conceitual de “sociedade moral”, que, a exemplo de Locke, Montesquieu, Jefferson, dos pensadores do Iluminismo, toma para ilustrar o crescimento econômico. Dentre seus elementos básicos, figuram a mobilidade social e econômica, o acesso a oportunidades diversas, tolerância, democracia e justiça. Sem dúvida, podem existir outras formas adequadas para caracterizar uma sociedade moral, mas o modelo em questão serve para avaliar o progresso ou retrocesso que o desenvolvimento pode acarretar para um país.

Segundo B. Friedman (2009), há uma relutância da sociedade em admitir que o crescimento da economia constitua uma prioridade, sobretudo quando o processo político que conduz ao crescimento demanda, também leva a algum tipo de sacrifício as camadas mais privilegiadas da população. Nesse caso, o processo político não consegue mobilizar, facilmente, a vontade de progredir e o resultado final fica comprometido — seja em nações de alta renda ou de baixa — levando ao desapontamento econômico, em geral, e chegando, até mesmo, à estagnação, pura e simplesmente, da economia. A raiz do problema estaria na incapacidade de a sociedade contemporânea captar o alcance dos efeitos do crescimento e/ou de sua ausência, sobre a vida das pessoas. Não obstante reconheçamos os ganhos de um bem-estar material, todavia sempre estamos presos ao pensamento moral que nos incita a não enfatizar as conquistas de uma vida material superior, não sendo este atribuído ao crescimento econômico, por considerarmos a questão apenas do ponto de vista moral, tal como predominava no pensamento iluminista. Vamos às próprias ideias de B. Friedman (2009):

Estamos também cada vez mais conscientes de que o desenvolvimento econômico — sobretudo a industrialização e, mais recentemente, a globalização — muitas vezes acarreta indesejáveis efeitos colaterais, tais como danos ao meio ambiente ou homogeneização de traços

culturais outrora diferenciadores e, nos acostumamos a considerar essas questões também do ponto de vista moral. Em ambos os aspectos, encaramos o crescimento econômico em termos de considerações materiais *versus* considerações morais: teremos o direito de onerar gerações futuras ou mesmo outras espécies, em benefícios de nossas próprias vantagens materiais? Será que a importância que atribuímos ao crescimento, ou as iniciativas que tomamos para realizá-lo, comprometem a nossa integridade moral? Pensamos fatores materiais positivos em contraponto a fatores morais negativos? (Benjamin, 2009, p. 18).

Após as considerações ações acima, o autor declara-se preocupado com aquele modo de pensar, fundamentalmente incompleto, de tratar a questão. Estamos inclinados a colocar o crescimento econômico em termos de um dilema entre as considerações materiais, de um lado, e as considerações morais, de outro. Eis os riscos aos quais se submetem os países quando negligenciam a maneira como os cidadãos se comportam diante do problema do valor de uma melhoria no padrão de vida. Ela não significa apenas melhoria das condições materiais ou dos benefícios para o modo de existência dos indivíduos. O crescimento implica melhoria do padrão de vida e este, por sua vez, molda o caráter social, político e moral de um povo.

Assim sendo, tomado pela perspectiva contemporânea de melhoria do padrão de vida dos cidadãos, o crescimento econômico reflete-se em termos de maiores oportunidades, tolerância da diversidade, compromisso para com a justiça, mobilidade social e abertura para vida democrática. Existe uma clara vinculação entre a ascensão ou declínio dos padrões de vida com relação a diversos aspectos do desenvolvimento econômico e social de países onde reina a democracia. Isso se torna evidente se observamos, por exemplo, a presença da tolerância ou do ódio étnico, violência, falta de amplas oportunidades, bem como a presença ou não de oligarquias econômicas, sobretudo no caso de países em desenvolvimento.

A ausência de crescimento econômico nas economias em desenvolvimento cria uma ameaça às suas perspectivas. Tal preocupação diz respeito, também, às democracias amadurecidas, ainda que sutilmente. Para B. Friedman (2009), o crescimento econômico é capaz de produzir/gerar benefícios morais. Logo, a atitude habitual de confronto e contraposição entre os elementos materiais positivos e os elementos morais negativo é um falso dilema. Como também são errôneas as ideias de que a decisão consiste

em adotar fervorosamente o conceito de crescimento econômico, ou ainda, contrariamente, de conter o entusiasmo das massas, está ligado ao modo como damos valor ao fator moral *versus* o fator material. Trata-se, pois, de um falso dilema. Vejamos a esse respeito o que pensa o próprio autor, sobre as consequências morais do processo do crescimento sobre os países:

[. . .] quando debatemos sobre árduas escolhas a serem feitas — adotando políticas econômicas que retardam ou estimulam o crescimento, ou mesmo reagindo ao crescimento que ocorre independentemente do impulso ou do freio da política pública — é importante que levemos em conta esses fatores morais positivos (Friedman, 2009, p. 20).

Adverte o autor que pode soar estranha sua proposição centrada no estudo do vínculo positivo entre crescimento econômico e progresso social e político. Por que então, haveria um sério risco no modelo de expansão econômica em curso nos Estados Unidos e na adoção do estilo americano de gestão ou de administração da economia baseada na livre empresa ou na iniciativa privada e na movimentação de capital? O progresso econômico deve ter bases bem amplas para que seja capaz de impulsionar o progresso político, social e cultural. Hoje em dia, é evidente a preocupação com a conexão entre o crescimento econômico e o progresso político e sociocultural. Tem lugar de destaque, também, a preocupação sobre os desdobramentos dos acontecimentos se o padrão de vida não melhorar, e isso vale para países como os EUA, bem como para democracias amadurecidas e, sobretudo, para os países do mundo em desenvolvimento. O processo dinâmico que promove a melhoria da qualidade do padrão de vida é, também, capaz de promover outras mudanças relevantes e significativas para a sociedade. As mudanças qualitativas que o crescimento econômico promove podem ser observadas tanto nos arranjos do trabalho, quanto nas estruturas de poder, bem como no relacionamento de um país com o seu meio ambiente e sua cultura. Ouçamos o próprio Friedman (2009):

Quando se considera que a melhoria do padrão de vida torna a sociedade mais aberta, tolerante e, talvez, mais prudente no cuidado com as gerações vindouras, percebe-se que não faz sentido utilizar argumentos de ordem moral para condenar em bloco o crescimento econômico. O crescimento tem valor não só porque traz melhoria no

plano material, mas também porque afeta nossas atitudes sociais e nossas instituições políticas. Em outras palavras, age sobre o caráter moral de uma sociedade, segundo o pensamento do Iluminismo, dos quais muitas de nossas noções de abertura, tolerância e democracia se originaram (Friedman, 2009, p. 28).

Adverte, ainda, o autor que, se, por um lado, o crescimento econômico tem os efeitos indesejáveis a exemplo do desmantelamento de culturas tradicionais e os danos ao meio ambiente com impacto e repercussão moral por outro lado, produz consequências sociais políticas que são benéficas do ponto de vista moral. Eis por que devemos avaliar os diferentes rumos da política pública e as consequências morais positivas do crescimento econômico que fazem a diferença.

Por outro lado, é importante não perder de vista o raciocínio baseado na crença comum no papel da política governamental para a economia e o Estado, devendo este restringir-se a interferir o mínimo possível na iniciativa privada; e que o ritmo correto do crescimento econômico deve ser ditado pelo mercado, a partir do agregado de todas as decisões privadas — evitando-se, portanto, a interferência de fatores externos, o que tem se mostrado insuficiente para lidar com a questão do crescimento e do desenvolvimento. O crescimento econômico favorece não somente ao desenvolvimento da democracia, maior abertura e tolerância, bem como a elevação da renda. Aqueles são benefícios incalculáveis que as forças de mercado, por si mesmas, ignoram e/ou mostram-se indiferentes, cabendo-nos fazer a crítica aos pontos de vistas esboçados acima. Voltemos ao autor:

Querer que o governo se mantenha afastado enquanto o mercado determina o nosso crescimento econômico equivale a ignorar o papel vital da política pública: o ritmo correto do crescimento econômico é maior do que o mercado por si só determina, e o papel do governo é estimular esse ritmo (Friedman, 2009, p. 31).

Max Weber foi o primeiro pensador social a correlacionar a evolução da ética na sociedade para uma ética protestante, ética no sentido de uma atitude moral interior, e sua influência no processo de crescimento econômico capitalista, ao possibilitar o desenvolvimento do comportamento individual. Weber identificou as complexas interações entre o desenvolvi-

mento das ideias religiosas e o elemento econômico, notando a presença de traços do comportamento individual e o sucesso econômico dos protestantes do Norte da Europa. Certamente, diversos outros fatores, além dos regulamentos éticos, afetam o crescimento econômico. Todavia, o ponto fundamental da questão permanece válido, a saber: certas qualidades do comportamento individual gozam de fundamental importância para o processo de crescimento econômico, sobretudo quando essas características adquirem uma conotação moral. Aí a ética dela resultante impulsiona as pessoas a agirem de acordo com elas e isso reflete, positivamente, no crescimento econômico. Verifica-se que para Weber os princípios morais geravam crescimento econômico para além das forças de mercado, ao passo que em Friedman (2009) o crescimento econômico não depende apenas do impulso moral, mas tem também das consequências morais positivas para a vida das pessoas. *Nesse sentido, é particularmente satisfatório saber que podemos depender, pelo menos em parte, dos meios morais para atender aos nossos objetivos morais, mesmo quando o vínculo entre os dois é de natureza econômica.*

Conclusão

Compete às ciências sociais aplicadas observar, expor, analisar, explicar a realidade e também observar, pensar o novo, gerar (conceber), aconselhar, orientar, propor e também fazer as análises críticas da organização social e suas relações fundamentais — as relações de produção e de distribuição de riqueza, o desenvolvimento das políticas públicas de gestão e a compreensão acerca dos rebatimentos dessas ações em termos de políticas de desenvolvimento e de organização da Sociedade Civil.

Isso significa, também, aprofundar a investigação sobre o próprio conteúdo do que vem sendo chamado de sociedade da (in)formação e do conhecimento, altamente dependente das tecnologias da informação e da comunicação, contrastando processos de organização social afins com as tendências globalizadoras, com vínculos claramente estabelecidos com o movimento de internacionalização de capitais e seus determinantes presentes em hábitos de consumo cotidiano e o panorama das condições do desenvolvimento regional em que se manifestam e se organizam novos movimentos sociais, através de redes de promoção da diversidade e novos arranjos locais voltados para o equacionamento de estratégias de desenvolvimento autossustentado.

Em nossa reflexão sobre a evolução das Políticas Públicas e seu desenvolvimento nos dias atuais, não podemos negligenciar as contribuições oriundas do campo da Economia Política, que vêm, de longas datas, dos primórdios do advento do capitalismo, quando os pensadores clássicos, Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, debruçaram-se sobre a investigação científica acerca do desenvolvimento das forças produtivas, das relações entre capital e trabalho, das transformações na base material e na divisão do trabalho (determinante para o equacionamento dos problemas da produtividade do trabalho), das relações sociais de produção, da estrutura econômica da sociedade, das formas políticas, jurídicas e culturais que dominavam a sociedade da época.

*Todavia, qual o papel das Políticas Públicas como pano de fundo das transformações engendradas pelo novo paradigma tecnológico da sociedade da informação e do conhecimento, tomados como campos apropriados à reflexão da gestão do modo de produção capitalista, na contemporaneidade, a partir das transformações setoriais imanentes ao sistema produtivo e ao desenvolvimento tecnológico da sociedade? Isso implica, por um lado, identificar as transformações no próprio processo de organização do trabalho na sociedade contemporânea e seus rebatimentos no campo das relações sociais e políticas, a partir das mudanças capitais oriundas da emergência de um novo paradigma tecnológico informacional e da economia da informação; e, por outro, analisar o desenvolvimento do sistema capitalista nas condições atuais de sistema-mundo integrado, tomando por base as transformações no plano da divisão internacional do trabalho e das rearticulações entre o político e o social, a atuação do Estado e as iniciativas contemporâneas da nova Sociedade Civil. São nesses campos relacionais que devemos pensar o papel da *Administração Política* como nova área de conhecimento em formação e refletir sobre a noção contemporânea de *desenvolvimento*, como um conceito em construção, aberto a novas perspectivas que se impõem entre os desafios de novas reflexões e modelagem.*

Com essas breves reflexões, queremos chamar atenção para a necessidade de reflexão sobre o papel da Administração Política e das Políticas de Desenvolvimento como um conhecimento de natureza política, ideológica e de ação transformadora da sociedade, e esfera potencial para a criação de novas políticas públicas e novas formas de gestão das relações sociais de produção e de distribuição, bem como apropriado para gerar novas estratégias de desenvolvimento do país e de superação das profundas desigual-

dades socioeconômicas e culturais, dos problemas relativos ao excesso de centralização de riqueza, para repensar o papel do Estado e da Sociedade Civil, das condições de trabalho, bem como fazer a análise das contextualizações históricas, culturais e simbólicas das sociedades contemporâneas, de forma que permita a disseminação de novas práticas e saberes, que advêm das novas condições sociais das políticas de inovação suscitadas pela emergência da sociedade da (in)formação e do conhecimento.

Referências

- BELL, Daniell. *Cultural contradictions of capitalism*. Nova York: Basic Books, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.
- CONSUMANO, Michael A. & CONSTANTINOS, Markides. *Pensamento estratégico*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- CASTELS, Manuel. *O poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CRIBARI, Isabela (org.). *Economia da Cultura*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, 2009.
- FIORI, José Luis & TAVARES, Maria da Conceição. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FRIEDMAN, Benjamin. *As consequências morais do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HETKOWSKI, Tânia Maria. *Políticas públicas & inclusão digital*. Salvador: Edufba, 2008.
- MANTEGA, Guido. *Economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, José Antonio. *A riqueza do capital e a miséria das nações*. São Paulo: Editora Página Aberta, 2009.
- MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único e consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Reginaldo Souza. *Manifesto da administração política para o desenvolvimento do Brasil*. Garanhuns (PE): Eaufba, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. Keynes e a proposta de administração política do capitalismo. *Revista Brasileira de Administração Política*, vol. 1, n.º I, outubro de 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

—. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura. Usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Resumo

O texto apresenta uma breve reflexão sobre a conjuntura econômica brasileira e a perspectiva contemporânea do desenvolvimento para, ao final, tratar das políticas públicas no contexto atual de emergência da sociedade da informação e do conhecimento.

Palavras-chave: Crescimento Econômico. Desenvolvimento. Políticas Públicas. Sociedade da Informação. Sociedade do Conhecimento.

Abstract

The text presents a brief reflection on the economic and Brazilian contemporary perspective of development for the end dealing with public policy in the current context of the emergence of information society and knowledge.

Key words: Economic Growth. Development. Public Policy. Information Society. Knowledge Society.